

Advocacia Pro Bono: O Acesso à Justiça como Compromisso Social e as Limitações da OAB

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | agosto 18, 2024



A advocacia Pro Bono é um conceito que tem ganhado cada vez mais destaque no mundo jurídico, representando o compromisso social dos advogados em oferecer serviços jurídicos gratuitos para pessoas e comunidades em situação de vulnerabilidade. Essa prática valoriza o acesso à justiça como um direito fundamental e busca reduzir as desigualdades sociais, garantindo que todos tenham a oportunidade de ter seus direitos defendidos, independentemente de sua condição financeira.

O termo “Pro Bono” tem origem na expressão latina “pro bono publico”, que significa “para o bem público”. Na prática, a advocacia Pro Bono envolve a prestação voluntária de serviços jurídicos, sem cobrança de honorários, para pessoas que não têm condições de arcar com os custos de um advogado particular. Esses serviços podem abranger diversas áreas do Direito, como direito de família, direito do consumidor, direito trabalhista, entre outras.

A advocacia Pro Bono não se limita apenas à atuação individual dos advogados. Muitos escritórios de advocacia têm incorporado essa prática como parte de sua responsabilidade social corporativa, estabelecendo programas estruturados de prestação de serviços Pro Bono. Esses programas permitem que os advogados dediquem parte de seu tempo e expertise para atender às demandas da comunidade, fortalecendo o papel social da advocacia.

No entanto, é importante destacar que a advocacia Pro Bono encontra algumas limitações impostas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A OAB, como órgão regulador da profissão, estabelece normas e diretrizes para a atuação dos advogados, visando garantir a ética e a qualidade dos serviços prestados.

Uma das principais limitações da OAB em relação à advocacia Pro Bono diz respeito à questão da publicidade. O Código de Ética e Disciplina da OAB restringe a publicidade dos serviços advocatícios, proibindo a divulgação ostensiva ou a captação de clientela por meios inadequados. Isso significa que os advogados devem ser cautelosos ao divulgar suas atividades Pro Bono, evitando a autopromoção excessiva ou a exploração comercial dessa prática.

Outra limitação imposta pela OAB refere-se à necessidade de manter a qualidade e a diligência na prestação dos serviços Pro Bono. Os advogados têm o dever ético de oferecer um atendimento de excelência, dedicando o mesmo empenho e cuidado aos casos Pro Bono que dedicariam a qualquer outro caso. A OAB

fiscaliza e pune eventuais falhas ou negligências na condução desses casos, garantindo que os beneficiários recebam um serviço jurídico de qualidade.

Além disso, a OAB estabelece critérios para a seleção dos beneficiários da advocacia Pro Bono, priorizando o atendimento a pessoas comprovadamente necessitadas e a causas de interesse público. Os advogados devem estar atentos a esses critérios, evitando a prestação de serviços Pro Bono em situações que possam caracterizar conflito de interesses ou favoritismo indevido.

Apesar das limitações impostas pela OAB, a advocacia Pro Bono desempenha um papel fundamental na promoção do acesso à justiça e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao oferecer seus conhecimentos e habilidades de forma voluntária, os advogados reafirmam seu compromisso com a justiça social e fortalecem a confiança da população no sistema jurídico.

É essencial que a advocacia Pro Bono seja incentivada e valorizada, tanto pela OAB quanto pela sociedade em geral. A criação de políticas públicas e parcerias entre a OAB, instituições de ensino jurídico e organizações da sociedade civil pode contribuir para a expansão e o fortalecimento dessa prática, ampliando o acesso à justiça para aqueles que mais necessitam.

Em um país marcado por profundas desigualdades sociais, a advocacia Pro Bono representa uma luz de esperança para muitos cidadãos que, de outra forma, não teriam como fazer valer seus direitos. Ao abraçar essa causa, os advogados não apenas cumprem seu papel como agentes de transformação social, mas também engrandecem a nobre missão da advocacia de defender a justiça e a igualdade perante a lei.